

CAPITAL
Um mez 25000
Tres mezes 65000
Seis mezes 125000
PAGAMENTO ADIANTADO

Numero do dia 100 reis

PURA DA CAPITAL
Seis mezes (adiantado) 10\$000
Um anno (adiantado) 20\$000

Numero atrasado 200 reis

A UNIAO

ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO

PARAHYBA — BRAZIL

Quarta-feira, 5 de Setembro de 1906

ANNO XIV — N. 162

MENSAGEM

Apresentada á Assembléa Legislativa do Estado, em 1.º de Setembro de 1906, por occasião da installação da 3.ª sessão da 4.ª legislatura, pelo Presidente do Estado, Exm.ª MONSENHOR WILFREDO LEAL

(Coclusão)

Permitto que fazendo referencia ao imposto de que cogita a lei federal, n. 1185 cit., eu vos instrua de tudo quanto occorreu em relação á cobrança d'elle. Taxado esse imposto, na forma do art. 2.º § 3.º n. 13 da lei orçamentaria n. 235 de 18 de Novembro do anno passado, cabia ao governo expedir as necessarias instruções para a sua arrecadação, o que fez por Dec. n. 281 de 23 de Novembro de 1905, estabelecendo as condições precisas para a respectiva cobrança. Nestas instruções tornava-se effectiva, logo á entrada das mercadorias, a exigencia de um termo de responsabilidade ou o deposito da quantia equivalente ao valor do imposto devido, correspondente á quantidade e qualidade dos volumes.

Levantando-se duvida sobre a legalidade de semelhante providencia que poderia ser interpretada como um embargo ao livre transitio, entendi cortar qualquer sophisma a respeito, dispensando a formalidade impugnada e ordenando que, ao entrarem no Estado generos sujeitos á especie, fossem acompanhados de uma guia circumstanciada até o lugar do destino, onde, então, após a competente incorporação dos mesmos ao giro do commercio, se effectivasse o lançamento, seguindo da respectiva cobrança. Deste modo ficou escoimado de qualquer vicio de inconstitucionalidade do imposto em questão, lançado de accordo entre proprios termos da lei federal á que me tenho referido.

Assim iniciou-se a sua arrecadação que tem sido regulada segundo as instruções baixadas com o Dec. cit., n. 281, alterado, como já vos expliquei, pelo de n. 294 de 24 de Março ultimo. Não obstante, porem, todo esse cuidado para que a execução da lei orçamentaria, nesta parte, fosse realisaada nos restrictos termos da lei federal, dois negociantes de Campina Grande, mal avisados, entenderam oppor-se ao pagamento do prefallido imposto, impugnando-o por inconstitucional.

Executados pela Fazenda estadual, vieram com excepção de incompetência á justiça local e, ao mesmo tempo, requereram mandado de manutenção á justiça federal; esta, considerando-se competente na hypothese, manteve os requerimentos na posse das mercadorias, já penhoradas pela Fazenda do Estado; e aquella, por sua vez, julgando-se competente, ordenou confinasse a execução. Intentados recursos de agravo de ambas as decisões, foi completa a victoria do Fisco parahybano nos mais elevados Tribunais da União e do Estado, reconhecendo ambos a competência da justiça estadual na especie discutida.

Para melhor illustração do exposto, passo á ler as proprias expressões do accordo do Supremo Tribunal: «Agravante o Procurador Fiscal dos Feitos da Fazenda e agravado Lindolpho de Albuquerque Montenegro: Deu-se provimento ao agravo para mandar que o Juiz a quo, reformando o seu despacho, receba e julgue provada a excepção de incompetência, de accordo com o voto do relator, Dr. João Pedro, que sustentou: 1.º, não encontrar apoio a competência do Juiz a quo, para a manutenção concedida, no art. 5.º da lei n. 1185, de 11 de Junho de 1904, que é restricto ao caso de turbacão em consequência de dissolução da lei estadual ou municipal, que estabelece impostos fora das condições da dita lei; ao passo que, na especie dos autos, como reconheceu o proprio agravado, a lei estadual manda cobrar os impostos de accordo com a lei n. 1185, prevendo a sustação de acto dos agentes do Fisco; 2.º, ser de todo o ponto decabida a competência do Juiz Seccional, na hypothese sujeita á intervenção da justiça local, embora com apoio no art. 5.º do Dec. n. 5402 de 23 de Dezembro de 1904, por ser esta disposição regulamentar, evidentemente infringente do texto expresso no art. 62 da Constituição Federal».

Reproduziu-se esta mesma decisão no caso do agravo referente ao outro negociante de Campina e bem assim em identicas hypothese dadas no Estado do Ceará.

Está, pois, firmada a jurisprudência a respeito, com o reconhecimento da competência da justiça local para officiar na especie. De meritis, parece-me tambem que será decretada a legalidade da imposição fiscal, já prejudicada pela decisão acima transcripta; um dos seus fundamentos, como ovistes ler, foi que o imposto cobrado estava nos termos da predita lei n. 1185.

Em face do occorrido, é visto que no terreno fisco-estadual já conquistou foros de cidade essa imposição aduaneira que, assim, poderás fazer a permanecer no futuro orçamento. Pernambuco acaba de votal-a na sua lei de meios, não convindo esquecer que repercutiu mal, naquelle visinho Estado, o nosso dispositivo orçamentario, e de lá partio a campanha afiada contra o mesmo imposto que o seo Congresso agora adoptou como muito legal.

— A nossa situação financeira, mercê das providencias tomadas pelo governo, cujo principal empenho tem sido a restauração das finanças do Estado, si não é tão banhaçosa como seria para desejar, no entanto é bem animadora. No intuito de orientar mais seguramente a cobrança das rendas publicas, salvaguardando os interesses da Fazenda, baixei os seguintes decretos:

n. 280 de 20 de Novembro de 1905, estabelecendo o modo de ser cobrada a divida do Estado proveniente de rendas lançadas até o exercicio de 1904;

n. 285 de 16 de Dezembro do mesmo anno, mandando incorporar á Mesa de Rendos de Umbuzeiro os postos fiscaes dos povoados de Matta Virgem e Jardim;

n. 287 de 9 de Janeiro do corrente anno, estabelecendo praso para a cobrança do imposto de industria e profissão e da decima urbana;

n. 292 de 26 do referido mez e anno, alterando em parte a tabela B do orçamento vigente;

n. 294 de 24 do mesmo mez e anno, revogando o § 3.º do art. 4.º do n. 281 de 23 de Novembro de 1905;

n. 295 da mesma data, restabelecendo as taxas da tabela A, annexa á lei n. 299 de 13 de Novembro de 1903.

Produziu bom resultado a providencia que o meo emérito antecessor tomou, mandando cobrar administrativamente a renda do Mercado Tambiá, até então feita por arremção. Da demonstração que fez o Thesouro, verifica-se que, em 9 annos, a renda do Mercado importou em—44.049\$045, correspondendo a 4.894\$338 anualmente.

Entretanto no anno ultimo de 1905, a arrecadação montou a 13.694\$800, e, portanto, mais do que em cada um dos annos anteriores—8.850\$462.

Equal providencia foi dada quanto ao dizimo do gado, cuja offerta em hasta publica apenas attingia á quantia de 20 contos. De accordo com a lei n. 232 de 8 de Novembro de 1905, foi substituído o imposto do dizimo, cobrado sobre garrotes, por outro lançado sobre as crias do gado vacum, cavallar e mular. Informa o Sr. Inspector do Thesouro que, segundo investigações feitas, é de esperar que o alludido imposto compense, com vantagem para a Fazenda, o que fora substituído, aguardando-se bõa arrecadação, já por ter sido regular a produção do gado, já por estar entregue a cobrança a exactores, em cujo criterio e probidade muito ha a confiar.

—Passarei a ministrar-vos os dados concernentes á receita e despesa não só do exercicio findo de 1905, como tambem do corrente, conforme a demonstração constante do relatório do Sr. Inspector do Thesouro, em annexo á presente mensagem.

O balanço definitivo de 1905 apurou o seguinte resultado:

| RECEITA | |
|---------------------------------------------------------------|----------------|
| Ordinaria: | |
| Exportação por mar | 429.838\$18 |
| Idem por terra | 302.172\$145 |
| Renda interna | 562.320\$823 |
| | 1.294.331\$786 |
| Extraordinaria: | |
| Renda do Mercado | 13.694\$800 |
| Idem não classificada | 70\$118 |
| Junta Commercial | 100\$000 |
| Auxilio da "Ferro Carril" | 750\$000 |
| Venda de caderneta da Escola Normal | 24\$500 |
| | 144.458\$418 |
| Operações de credito: | |
| Supplimento recebido do caixa de moeda, no exercicio de 1905. | 104.877\$710 |
| Idem da caixa adicional do exercicio de 1905. | 162.176\$093 |
| | 267.053\$803 |
| Saldo do exercicio de 1904: | |
| Em moeda no Thesouro | 4.904\$578 |
| Em poder de responsaveis | 13.989\$956 |
| | 18.603\$534 |
| Resumo: | |
| Importancia total da receita | 1.594.634\$571 |

A receita ordinaria orçada para o alludido exercicio foi da quantia de 1.170.445\$482, menos do que a realisaada na importancia de 1.238.803\$304.

A differença para mais verifica-se:

| | |
|-----------------------|-------------|
| Na exportação por mar | 18.226\$340 |
| Na sahida por terra | 68.890\$951 |
| Em renda interna | 36.799\$907 |

| DESPESA | |
|-----------------------------------------------------------------|----------------|
| Attingio a despesa, durante o mesmo exercicio, á importancia de | 1.573.837\$806 |
| que descontada da receita total, | 1.594.634\$571 |
| dá o saldo de | 20.796\$705 |
| que passou para 1906, assim: | |
| Em moeda no Thesouro | 4.779\$087 |
| Em poder de responsaveis | 16.796\$518 |
| Somma. | 20.796\$705 |

A lei orçamentaria de 1905 fixou a despesa, inclusive 75 contos, de 5% da receita destinadas á construção de obras preventivas contra os effluos da secca em 1.596.240\$128

Entretanto a realisaada, inclusive 10 contos com que concorreu o Estado por conta daquelle quota importou em 1.573.837\$806

Menos do que a fixada 22.402\$202

Adicionando-se, porem, o que ficou por pagar, constante dos seguintes titulos:

| | |
|---------------------------------|--------------|
| Vencimentos de empregados | 8.639\$749 |
| Fornecimentos diversos | 57.425\$069 |
| Resto da contribuição do Estado | 65.000\$000 |
| | 131.064\$818 |

Verifica-se que a despesa total montou á quantia de 1.704.902\$384, e, consequentemente, mais do que a fixada, 103.652\$536, em tanto quanto importou o deficit resultante do exercicio findo.

—Confrontado este balanço com o do exercicio de 1904, temos o seguinte quadro:

| | |
|------------------------------|----------------|
| Receita de 1904 | 1.386.039\$064 |
| Despesa do mesmo anno | 1.612.854\$078 |
| Deficit | 226.315\$014 |
| Deficit do exercicio de 1905 | 108.662\$556 |
| Differença para mais no 1.º | 117.652\$458 |

Dahi conclue-se que o exco das operações financeiras, no ultimo exercicio, foi mais proveitoso ao Estado do que no anno de 1904.

1.º SEMESTRE DO CORRENTE EXERCICIO.

| | |
|--------------------------------------------------------------|--------------|
| A RECEITA havida no semestre supra elevo-se á importancia de | 603.326\$847 |
| El' esta á sua distribuição: | |
| Ordinaria | 451.501\$779 |
| Extraordinaria | 57.588\$708 |
| Auxilio Federal | 150.600\$000 |
| Operações de credito: | |
| Supplimento da caixa adicional de 1905. | 4.786\$270 |
| Saldo do exercicio de 1905 | 20.796\$705 |
| Somma | 684.123\$552 |

Comparada esta com a de equal periodo, do exercicio de 1905, na importancia de 470.772\$190, apresenta sobre esta a differença para mais, da quantia de 213.351\$053.

A DESPESA effectuada, no mesmo semestre foi a seguinte:

| | |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------|
| Ordinaria, conforme o balanço | 406.348\$028 |
| Supplimento ao exercicio de 1905 | 104.877\$710 |
| Somma | 511.225\$738 |
| SALDO que passou para o mez de Julho: | |
| Em moeda, no Thesouro, inclusive 140 contos, resto do auxilio federal | 152.981\$700 |
| Em poder de responsaveis | 19.916\$105 |
| Total | 172.897\$814 |

RENDA ADICIONAL

A receita adicional de 20% sobre as rendas do Estado produziu no exercicio de 1905 a importancia de 245.925\$472. Satisfestas as despesas que correram por conta desta renda, na importancia de 83.774\$379, resultou o saldo de 162.276\$093, que passou para a caixa de moeda do sobre dito exercicio, nos termos do art. 6.º § unico da lei n. 223 de 19 de Novembro de 1904.

EXERCICIO DE 1906

No 1.º semestre deste exercicio foi arrecadada a quantia de 96.773\$402, da qual deduzidas as despesas na importancia de 41.352\$495, ficou o saldo de 55.424\$907, que passou para o mez de Julho findo.

Tas operações constam da demonstração junta em annexo ao relatório da Inspectoria do Thesouro.

CAIXA MUNICIPAL

Em execução á lei n. 216 de 10 de Novembro de 1904 foi pelas Prefeituras Municipaes do Estado recolhida ao Thesouro, no exercicio de 1905, a quantia de 52.318\$002 e o Estado concorreu para a mesma caixa com a quantia de 10 contos, por conta da verba consignada no orçamento, elevando-se a renda a 62.331\$002.

Deducta desta a importancia de 25.827\$018, entregue a diversas Prefeituras para obras municipaes, ficou o saldo de 36.503\$984, que, a 30 de Junho ultimo, passou para equal caixa do corrente exercicio.

EXERCICIO DE 1906

Foi recolhida no semestre findo a importancia de 15.516\$130 por diversas Prefeituras.

Addicionando-se á referida importancia o saldo anterior, elevou-se a renda a 52.020\$114.

Por conta desta importancia foi entregue á Prefeitura de Alagôa Grande e despendida com obras municipaes na capital, tudo na importancia de 6.431\$525, ficando em deposito o saldo de 45.588\$589, como se evidencia dos quadros demonstrativos constantes do relatório do Thesouro.

DIVIDA ACTIVA

A divida activa, liquidada até 30 de Junho ultimo, é da importancia de 353.216\$433.

A respeito desta divida, pondera o Sr. Inspector, que parte d'ella, referente ao dizimo de gado e imposto de gado ablatido e exportado, na importancia de 40.210\$810, ainda é do tempo em que se faziam arrematações a praso e, como tal, considerava incoabavel esta parte da divida activa, sendo assim conveniente obter-se do poder legislativo autorização para não figurar mais ella no respectivo quadro. Acho justa e cabida a reflexão da Inspectoria que submetto ao vosso criterio. Procede-se com actividade á cobrança da divida activa por parte da Contadoria e da Procuradoria Fiscal; e bem assim a liquidação do alcance dos exactores que attinge á quantia de 1.919\$105.

DIVIDA PASSIVA

Do balanço do Thesouro verifica-se que a divida passiva, tambem liquidada ou reconhecida até 30 de Junho findo, é da importancia de 907.343\$855, assim constituida:

FLUCTUANTE

| | |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------|
| Vencimentos de empregados: | |
| Do exercicio de 1905 | 8.639\$749 |
| Do 1.º semestre do corrente exercicio | 200.573\$114 |
| Fornecimentos diversos: | |
| Do exercicio de 1904 | 60.055\$070 |
| Idem de 1905 | 57.425\$069 |
| Do 1.º semestre de 1906 | 32.084\$855 |
| Direitos da Santa Casa: | |
| De Janeiro a Junho de 1906 | 4.476\$150 |
| Da Estrada de Ferro "Conde d'Eu": | |
| Conta anterior a Outubro de 1906, de que não foi requerida liquidação | 49.589\$848 |

CONSOLIDADA

Apolices emitidas para pagamento da divida anterior a Outubro de 1900, nos termos da Lei n. 170 de 27 do mesmo mez e Dec. n. 180 de 20 de Dezembro do dito anno 494.100\$000

Total 907.343\$855

A divida consolidada que, em Junho do anno passado, havia attingido á importancia de 1.203.855\$508, sendo: em apolices 1.087.900\$800 e em moeda, paga na forma do art. 12 das instruções do cit. Dec. n. 180, 32.085\$508, achia-se elevada a 1.147.336\$350, assim constituida:

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| Em apolices | 1.114.600\$000 |
| Em moeda | 32.736\$350 |
| O augmento, porem, resultou das seguintes operações: | |
| Substituição do conhecimento da divida passiva da antiga Provincia, n. 978, do valor de 100.000, pertencente aos herdeiros do Padre Joaquim Victor Pereira, por uma apolice de equal valor. | |
| Pagamento de vencimentos atrasados do professor jubilado, Antonio Rabello d'Oliveira, sendo em apolices 1.600\$000 e em moeda 50\$851. | |
| Pagamento, em liquidação do contracto de arrematação de couros, coureiros e sola, transferido a Rossbach & Brothers, em apolices na importancia de 25.000\$000. Esta divida subia a mais de 35 contos e havendo o Estado sido condemnado pelo Supremo Tribunal Federal, a paga-la, foi acordada entre as partes a liquidação da mesma pela maneira indicada, com vantagem para os cofres publicos, em quantia superior a 10 contos. | |
| Das apolices emitidas, na importancia já declarada de 1.114.600\$000, foram resgatadas: | |
| Com abate de 50% | 458.600\$000 |
| Idem de 40% | 142.400\$000 |
| Por sortio | 10.500\$000 |
| Somma | 620.500\$000 |
| Existem em circulação | 404.100\$000 |

Os juros de 5% das apolices têm sido pontualmente pagos.

O art. 6.º do alludido Dec. n. 180 estabelecia que o sortio seria realizado uma vez por anno e sempre dentro do 2.º semestre de cada exercicio.

Semelhanle disposição teve execução pela 1.ª vez a 17 de Outubro de 1905, na administração do meu antecessor, sendo sorteadas apolices na importancia de dez contos de reis.

O Dec. n. 284 de 9 de Dezembro do mesmo anno, alterando o de n. 180, já por mim firmado, estabelece duas épocas no anno para o respectivo sortio: Abril e Outubro.

Na 1.ª época deste anno foram sorteadas apolices na importancia de 16 contos, um terço do saldo então existente na caixa adicional por onde corre toda a despesa de juros e resgates de apolices. Dos referidos sorteios resta ainda a quantia de 6.500\$000, por não ter sido reclamado o pagamento pelos possuidores das respectivas apolices.

presente convidar todo o publico, sem distincção de pessoa e classes, para assistir a referida sessão.

Essa solemnidade tem por fim comemorar o 1.º anniversario do Instituto Historico da Parahyba, e a data aurea da independencia do Brasil.

Na mesma sessão será empossada a nova directoria do Instituto.

Confia a commissão que a solemnidade que vai ser celebrada pelo Instituto no grande dia da emancipação politica dos brasileiros, será honrada com a presença de todas as classes sociais e exm^{as} familias.

A Commissão

Gouveia Nobrega
F. Xavier Junior
Conego O. Coutinho
Maximiano Machado
Irineu Pinto.

Em Cabedello o Lyra pretende promover uma festa em homenagem á grande data de 7 de Setembro, dia em que deve começar a mesma, terminando no dia 10. Durante estes dias o seu carroel estará funcionando, com luminarias e outras novidades.

GREAT WESTERN

A Companhia Great Western, tendo em attenção as festas projectadas em comemoração ao dia 7 de Setembro n'esta Capital e em outros pontos servidos pelas linhas ferreas que elle attendidas, resolveu nos dias 7 e 9 do corrente fazer correr trens extraordinarios entre Cabedello, Parahyba e Recife.

As passagens nos dias referidos serão vendidas com abatimento de 20% sobre a tabela vigente.

Chamamos a attenção do publico para o aviso que a respeito vae publicado na sessão competente.

Digna de elogios é a companhia, por estar solução que vem patentear o modo meritorio por que ella se identifica com as festas nacionaes.

Phenomeno sismico

O observatorio do Rio de Janeiro dirigiu a seguinte communicação á imprensa daquelle capital:

«Manifestou-se durante a noite de 16 para 17 deste e namanhã deste ultimo dia um movimento sismico, cuja importancia relativa é a maior até hoje registrada no nosso observatorio, excedendo, ultrapassando, portanto, a amplitude dos registos dos terremotos de S. Francisco e da India. A's 9 h. 55 m. 10 s. da tarde começou a plase preliminar dos pequenos tremores succedendo-lhes ás 10 h. 02 m. 00 s. principal, constituida por uma série de violentos abalos, que ás 10 h. 03 m. 00 s. afluio o estilete fô do papel perdendo-se, portanto, num dos tambores a parte mais importante e interessante do phenomeno.

Esse período concluiu-se ás 10 h. 20 m. 10 s. perdendo as vibrações da phase terminal até 11 h. 58 m. Mais tarde repetiram-se varios choques menores; 3 h. 10 m. da manhã deram seis minutos; ás 5 h. 20 m. durante quatro minutos; e finalmente ás 10 h. 12 m. 30 s. durante cerca de seis minutos. O período de duração dos tremores preliminares permite avaliar entre 2500 e 3000 kilometros a distancia da zona abalada, o que a localisa, provavelmente, nos Andes, sede frequente de terremotos.»

CORREIO

A repartição dos Correios expedirá, hoje, malas para as seguintes localidades:

Areia, Alagoa do Monteão, Bananeiras, Barra de S. Miguel, Cabacenas, Fagundes, Mamanguá, Pimplinha, S. João do Cariry, São Thomé, Serra Redonda, Alagoa Grande, Cabedello, Cruz do Espírito Santo, Guarabira, Mulungu, Santa Rita, Itabanyana, Pilar, Timbauba, exterior, norte e sul da Republica.

Ha expedição maritima para os Estados do Brazil por todos os paquetes.

CENTRO DO ESTADO DO RIO G. DO NORTE

Registrados até 11 1/2 h da manhã.

Jornaes e impressos até 12 h. da manhã.

Cartas até 12 1/2 h. da tarde. PERNAMBUCO, SUL DA REPUBLICA E EXTERIOR.

Registrados até 1 h. da tarde. Jornaes e impressos até 11 1/2 h. da tarde.

Xarque Superior!!!

Ultima novidade neste artigo em latas de 3, 5 e 10 kilos vende-se na

—MERCEARIA MAIA—

de

MAIA & IRMAO

19 Rua Maciel Pinheiro 19. Pacote «GOYAZ».

Movimento dos hospitaes do dia 2 de Setembro de 1906

| HOSPITAL DE SANTA IZABEL | |
|----------------------------------------------------|----|
| Existiam em tratamento | 57 |
| Entrou | 1 |
| Teve alta | 1 |
| Falleceu | 1 |
| Ficam em tratamento | 57 |
| SENDO: | |
| Homens | 35 |
| Mulheres | 22 |
| Os Drs. Maroja e Hardman visitaram as enfermarias. | |
| HOSPITAL DE SANT'ANNA | |
| Existiam em tratamento | 59 |
| Entrou | 1 |
| Tiveram alta | 1 |
| Ficam em tratamento | 60 |
| SENDO: | |
| Alienados | 29 |
| Varicosos | 2 |
| Outras molestias | 29 |

COMISSÃO DO MELHORAMENTO DO PORTO DA PARAHYBA

OBSERVATORIO METEOROLOGICO 3 DE AGOSTO DE 1906.

| Tempo | Pressão do barometro a 0 | Termometro centigrado | Humidade |
|-------|--------------------------|-----------------------|----------|
| 7m | 762,mm=55 | 22,1 | 86% |
| 10 | 762,mm=46 | 25,0 | 70% |
| 11 | 761,mm=44 | 28,3 | 50% |
| 4 | 760,mm=23 | 28,0 | 50% |

| Tempo | Velocidade do vento por segundo | Direção do vento |
|-------|---------------------------------|------------------|
| 7m | 16,mm=85 | 1,20 SE |
| 10 | 17,mm=32 | 2,40 SSE |
| 11 | 15,mm=72 | 4,40 SSE |
| 4 | 15,mm=29 | 3,60 SE |

| Temperatura maxima | 29,50 |
|--------------------------------------------------|--------|
| Temperatura minima | 20,00 |
| Evaoração em 24 horas | 2,2 |
| Chuvia total em 24 horas | 0,5 |
| Nebulosidade media | 0,82 |
| Thermometro sem abrigio ao meio dia: ennegrecido | 40m,00 |
| dourado | 34m,75 |
| Estado do tempo nublado chuva pelacimadragada | |

BOLETIM DO PORTO 3 de Agosto

| | | |
|------------|------|------|
| P-M-0m=00 | —am. | 2,00 |
| P-M-1m=42 | —am. | 0,14 |
| P-M-6m=28 | —pm | 2,82 |
| P-M-12m=00 | —pm | 0,52 |

AGUSTO SANTA ROSA

RENDAS FISCAES Alfandega

| MÊZ DE SETEMBRO | |
|-----------------|-----------|
| Do dia 1.º a 4 | 5-1183484 |
| Idem do dia 4 | 4-0288229 |
| | 9-1478313 |

Recebedoria de Rendas

MÊZ DE SETEMBRO

| Do Estado: | |
|----------------|----------|
| Do dia 1.º a 4 | 696862 |
| Idem do dia 4 | 3275573 |
| Da Santa Casa: | |
| do dia 1.º a 3 | 258150 |
| Idem do dia 4 | 18000 |
| Do Município: | |
| do dia 1 | 278800 |
| Idem do dia 4 | 18000 |
| | 10798506 |

Mercado Tambiá

Mêz de Setembro

| RENDA DO DIA 1 A 2 | |
|--------------------|---------|
| 2 | 2798900 |
| 3 | 148900 |

Foram vendidas hontem, 22 cargas de farinha e 40 kilos de peixe.

Mercado Tambiá, 4 de Setembro de 1906.

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DO EXCM. PRESIDENTE DO ESTADO, MONSENHOR WALFREDO LEAL

Expediente do Governo, do dia 30 de Agosto.

Portarias:

O Vice-Presidente do Estado, tendo em vista que Tiburcio Rodrigues da Silva e José Martiniano Cavalcante de Albuquerque removidos por acto de 8 de Maio do anno passado, para exercerem os logares de 2.º e 3.º supplentes do Juiz Municipal do termo de Cabacenas, com sede na de S. Miguel, durante o quadriennio que começa a 23 de Fevereiro do mesmo anno, sollicitaram os competentes titulos no praso legal, resolve nomear, para os referidos logares, Gonçalo Madureira de Barros e Pedro de Alcantara Torres, na ordem em que vae scriptos os seus nomes, devendo sollicitar titulo da Secretaria de Estado, e prestar juramento, por si ou por procurador dentro do praso da Lei.

Exonerando Gonçalo Calisto Cavalcante da secretaria interina dos officios de Partidor e Contador do Juizo do termo de Cabacenas com sede na Barra de S. Miguel.

Igual: Nomeando, para substituição, Noberto Cruz de Albuquerque Diniz, servindo-lhe de titulo a presente portaria.

Fizeram-se as devidas communicações. Ao Inspector do Thesouro do Estado. Recommendo-vos que mandeis entregar ao porteiro da Assembléa Legislativa do Estado, civillista Francisco Texeira de Oliveira a quantia de duzentos mil réis (200\$000) de accordo com o art. 7.º da lei n. 2 de 1.º de Dezembro de 1892, afim de ocorreres a despeza do assento e limpeza da mesma, durante os trabalhos da presente sessão, conforme sollicito o respectivo 1.º Secretario em officio de hoje datado. Deu-se sciencia ao Secretario d'Assembléa.

Dia 31.

Portaria: O Vice-Presidente do Estado, resolve designar o continuio do Thesouro do Estado, Joaquim Cavalcante de Albuquerque, para exercer em commissão o logar de Secretario da Assembléa Legislativa, durante os trabalhos da mesma, com vencimentos iguaes aos do efectivo da mesma Secretaria. Fizeram-se as devidas communicações.

Expediente do Secretario de Estado, da mesma data.

Officinas: Ao 1.º Secretario da Assembléa Legislativa do Estado. Em resposta ao vosso officio sob n. 4, de hoje datado, communicando haver numero legal dos sentes. Deputados para a instalação amanhã, dos trabalhos ordinarios da Assembléa Legislativa no corrente anno, de accordo com a Lei n. 202, de 3 de Novembro de 1903, declaro que o mesmo Excm. Sr. Presidente do Estado, comparecerá a uma hora da tarde do predito dia, afim de ler a sua mensagem e ter logar a instalação dos mencionados trabalhos. Igual: Ao Administrador da Imprensa Official.

De ordem de S. Excm. o Sr. Presidente do Estado, vos remetto o logar de S. Excm. o Sr. Presidente do Estado, para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

Aprez-me relierar a V. Excm. os protestos de minha estima edificadora consideração.

Igual. Ao Inspector do Thesouro. De ordem de S. Excm. o Sr. Presidente do Estado, communico-vos, para os fins convenientes, que nesta data o Bacharel José Ferreira de Noves, reassumiu o exercicio do cargo de Juiz de Direito da 3.ª vara da comarca desta capital, por ter esgotado a licença em cujo gozo se achava, conforme participou em officio da mesma data. Circular: Ao Desembargador Chefe de Policia. Tenho a honra de communicar-vos, nestadita, assumi o exercicio do logar de Secretario de Estado, para o qual fui designado por acto de S. Excm. o Sr. Presidente do Estado da mesma data, afim de servir interinamente durante o impedimento do effectivo, que se acha com assento na Assembléa Legislativa do Estado.

Dia 31.

Portaria: O Vice-Presidente do Estado, resolve designar o continuio do Thesouro do Estado, Joaquim Cavalcante de Albuquerque, para exercer em commissão o logar de Secretario da Assembléa Legislativa, durante os trabalhos da mesma, com vencimentos iguaes aos do efectivo da mesma Secretaria. Fizeram-se as devidas communicações.

Expediente do Secretario de Estado, da mesma data.

Officinas: Ao 1.º Secretario da Assembléa Legislativa do Estado. Em resposta ao vosso officio sob n. 4, de hoje datado, communicando haver numero legal dos sentes. Deputados para a instalação amanhã, dos trabalhos ordinarios da Assembléa Legislativa no corrente anno, de accordo com a Lei n. 202, de 3 de Novembro de 1903, declaro que o mesmo Excm. Sr. Presidente do Estado, comparecerá a uma hora da tarde do predito dia, afim de ler a sua mensagem e ter logar a instalação dos mencionados trabalhos. Igual: Ao Administrador da Imprensa Official.

De ordem de S. Excm. o Sr. Presidente do Estado, vos remetto o logar de S. Excm. o Sr. Presidente do Estado, para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

D. Jovinnia de Souza Farias. —Ao Thesouro para informar a Assembléa Legislativa, em face da informação do Thesouro.

—Bacharel João Francisco Dantas Salles— Concedo a licença pedida, sendo um mez com metade do ordenado e 2 meses sem ordenado, em face do § 1.º art. 2 da lei n. 15 de 27 de Setembro de 1893.

